



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

11

ATA N.º 39/XII-3º/2018-19

1 – Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Vitória Clube Quintinhas, sito na rua Eugénio Salvador, nº 46, Quintinhas, na Charneca de Caparica, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de dezembro de 2019, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apresentação dos Relatórios das Comissões Permanentes, nos termos do artigo 86º do Regimento.

3.2 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento para 2020 e Mapa de Pessoal do Município de Almada”;

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Opções do Plano e Orçamento e mapa de Pessoal dos SMAS de Almada para 2020”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Fiscalização do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Projetos e Cadastro do Departamento de Projetos e Obras dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal para as Pessoas em Situação de Sem Abrigo de Almada 2019-2021”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Juizes Sociais lista de candidatos biénio 2020/2021 (DL nº 156/78 de 30 de junho)”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada (ROSMA)”.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; João Eduardo Alves de Moura Galdes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Ao iniciar a sessão, o Senhor Presidente O Senhor Presidente manifestou um público agradecimento à Direção do Clube Quintinhas pela cedência deste magnífico espaço para realização desta sessão da Assembleia Municipal.

JK



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 4.2** - O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS), Débora Rodrigues (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Elisabete Peres Pereira (CDU), José Alberto Lourenço (CDU), Eva Araújo Gomes (CDU), Daniel Sobral (CDU), Marina Alexandra Pereira Lopes (PSD) e Inês Pizarat Correia Bom (BE) comunicando a impossibilidade de estar presentes e solicitando a sua substituição.
- 4.3** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS) por impedimento de Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa; Sérgio Manuel de Sousa (PS) por impedimento de Carla Sofia Godinho; Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Joaquim; António Abrantes de Almeida (CDU) por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedroso, de Andreia Sofia Fernandes Egas, de António José Olaio da Silva, de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; José João Santos da Mata (CDU); Aurora da Conceição Marques de Almeida (CDU); Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; e Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).
- 4.4** – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito, e o Senhor Presidente da União da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Ilda de Lurdes de Oliveira Dâmaso Garrett.
- 4.5** – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.6** - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença da Senhora Vereadora Catarina Pé Curto em substituição da Senhora Vereadora Amélia Pardal e por impedimento dos/as Senhores/as Vereadores/as Rui Jorge Martins, Ana Cláudia Dias, Tiago Galveia e Ricardo Manuel Vieira; do/a Senhor/a Vereador/a Lina Gonzalez e Luís Manuel Salgueiro, em substituição dos Senhores Vereadores Nuno Matias e Miguel Salvado.
- 4.7** – O Senhor Presidente informou a Assembleia que foi recebida uma comunicação da Senhora Deputada Municipal Sílvia Mendes de Sousa, informando que cessou voluntariamente a sua filiação partidária e que pretende exercer o seu mandato como independente.
- 4.8** – O Senhor Presidente informou ainda a Assembleia que deu entrada um requerimento do Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind), requerendo a inclusão de um ponto na agenda desta sessão com o título “proposta de criação de uma Comissão Eventual para acompanhamento da queixa de assédio moral na Rede Municipal de Bibliotecas de Almada”. Sobre esta matéria, o Senhor presidente informou a Assembleia que foi consensualizado com o requerente que a questão será transferida para uma discussão posterior.
- 4.9** - Relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:
- 4.9.1** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre intervenção de requalificação do edificado da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 7/5/2019, ainda não foi respondido.
- 4.9.2** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre a degradação da estrada nacional 10-1, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.
- 4.9.3** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre alerta e preocupações com a vespa velutina, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.
- 4.9.4** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre edifícios e imóveis municipais e do Estado no concelho de Almada potenciadores de libertação de amianto, enviado para a Câmara Municipal em 4/12/2019, ainda não foi respondido.
- 4.9.5** – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre concurso gastronómico “sabores de Almada 2019”, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2019, ainda não foi respondido.



4.9.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato em espaços públicos, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, foi respondido em 4/12/2019.

4.9.7 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre campanha de esterilização de animais de companhia, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, foi respondido em 4/12/2019.

4.9.8 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre denúncia de maus tratos e negligência sobre animais de companhia, canil ilegal em Santo António da Caparica, enviado para a Câmara Municipal em 11/12/2019, ainda não foi respondido.

4.9.9 – O requerimento verbal apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes em reunião da Assembleia Municipal sobre solicitação de toda a documentação referente à proposta da AGENEAL, enviado para a Câmara em 9/12/2019, ainda não foi respondido.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Amílcar Correia Ferreira, João Rocha, Amadeu Neves da Silva e Filipe Alexandre das Neves Passos.

5.1.1 – O Senhor Múncipe Amílcar Correia Ferreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Obrigado por me deixarem falar sobre um assunto particular, mas como múnícipe não podia deixar de falar, porque já me dirigi a várias entidades da Câmara Municipal nesta Cidade e em nenhuma delas consegui resolver isto. Passa-se com um problema de estacionamento e relativamente à ECALMA e pela PSP. Na minha rua, na rua D. Dinis na Cova da Piedade, tenho uma oficina de reparação de automóveis, que faz entrada e saída, tanto na rua D. Dinis como na rua Sete Chaves, e tenho cerca de 20 a 30 veículos tanto numa rua como na outra. Temos uma rua onde a maior parte da população é idosa, não conseguimos estacionar nenhum automóvel entre as 09h00 e as 18h00. Dirigi-me à PSP, que remeteu para a ECALMA, a ECALMA remeteu para a Câmara Municipal, a Câmara Municipal remeteu-me para esta reunião. Eu não sei a que entidade me dirigir, já fiz exposições por escrito na Câmara Municipal e na ECALMA. A ECALMA diz que vai fazer fiscalização. Tudo aquilo que vocês fizeram na Câmara Municipal foi bem, tenho sinalização vertical, tenho no pavimento também, placa de residentes, mas ninguém resolve isto. Estou nisto há 4 a 5 meses, em várias entidades, ando a saltar de um lado para o outro, não consigo resolver isto em lado nenhum, e na Câmara Municipal remeteram para aqui. Foi a última entidade, na própria Câmara mandaram-me vir aqui hoje para estar perante vós, nunca fiz nada disto, eu não sei mais o que fazer, sinceramente, alguém dos ilustres na sala me diga, se eu posso fazer alguma coisa por escrito, por email, carta com aviso de receção, qual a entidade a que tenho de me dirigir, se é as Estradas de Portugal, se é a Câmara Municipal, eu já não sei o que possa fazer mais. Daí eu vir aqui hoje, sendo a entidade máxima deste Concelho e eu não sei realmente o que posso fazer mais.

Nós todos os dias queremos estacionar carros e temos que estacionar os carros na rua das Meloas, ao pé dos Pastilhas, nas Barrocas, na minha rua não tenho nada para estacionar. Tenho 20 carros para reparação, outros para entrega a clientes, outros para reparação, mas que estão ao longo da rua, desde o início da rua D. Dinis até ao fim. No início da rua das Sete Chaves, que é onde a garagem tem outra saída, e rua Francisco Vieira está também cheia de automóveis. Nenhuma entidade desta Cidade querará pôr as mãos nisto. A polícia inclusive já se dirigiu lá duas vezes, e remeteu-me para a ECALMA, e como vos disse da ECALMA fui para a Câmara Municipal e da Câmara Municipal vim para aqui. Se algum de vocês conseguir me dizer qual a entidade e como devo fazer, digam-me que eu sigo e tento resolver isto porque realmente é impossível viver ali naquelas condições, vocês têm lá o pavimento todo com a devida sinalização, acho que é simples cumprir aquilo e aliás também não podem estar na via pública.”

5.1.2 – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Naturalmente, quando escrevi este pequeno texto, não podia deixar de fazer referência, ao regulamento especificamente para as AUGI que, em breve, será presente a reunião de Câmara Municipal. Assim sendo, foi dado um passo de gigante para resolução deste flagelo das AUGI. Todavia, a situação das AUGI sediadas na área deste Município é preocupante, porque foram encaminhadas para um beco sem saída, durante 22 anos, pelo desrespeito da legislação vigente, dos sucessivos executivos cessantes - vulgo Leis no 91/95, 2 de setembro e 70/2015, 16 de julho, respetivamente. Causando também esta situação, prejuízos monetários aos cerca de 10 mil residentes em AUGI, sendo incompreensível como os eleitos nessas datas não tenham feito uma destrição de uma Área Urbana Génese Ilegal, definida na legislação supramencionada, de um loteamento normal. Decidiram então aplicar conjuntamente o Regulamento Urbanístico Municipal Almada, datado de 1996, para ambas as situações, já com esses locais de habitação clandestina, definidos como AUGI através da legislação supracitada. Sempre me foi transmitido nas várias funções que desempenhei como graduado de órgão de polícia criminal que todos os atos públicos relevantes, quando praticados pelos organismos públicos e não só, todos os seus responsáveis, deveriam ser acarinhados com palavras de apreço, em local próprio, decidi fazê-lo hoje, nesta Assembleia Municipal, passo a mencionar: "elogio formalmente o atual executivo, por todo o seu empenho na resolução desta calamidade das AUGI,s, sediadas na área deste Município, por se tratar de uma situação sem precedentes a nível nacional, também pela criação de uma divisão e um regulamento somente para as AUGI, isto apenas em 2 anos de mandato, coisa que não aconteceu, durante 4 décadas pelos vários executivos cessantes". Quero também lembrar aos munícipes menos atentos do que se passa neste Concelho que, presentemente, ocorrem obras públicas em todas as freguesias deste município, coisa que não acontecia no passado recente, poderia até mencionar algumas delas, como por exemplo: velhinho jardim da Cova da Piedade, o qual esteve quase meio século sem sofrer uma única obra de conservação, bem como ainda a rotunda da Faculdade do Monte de Caparica e Quinta da Madalena, na Charneca de Caparica, ambas já concluídas e, demais obras que estão a decorrer presentemente. Lamento, como cidadão, que uma força política representada nesta Assembleia Municipal tivesse através de comunicados constantes junto da população da Charneca de Caparica, Sobreda e restante Concelho, utilizado a forma da política não credível, no intuito de impedir que a obra do século, neste Concelho, não se concretizasse. Ou seja, na Estrada Nacional 377 da Charneca de Caparica, considerada a mais movimentada deste município.

Finalmente, na qualidade de um dos responsáveis da AUGI da Quinta da Adegua, passo a mencionar o seguinte: a Comissão que o signatário representa, em 1987 entregou a este Município, através de escritura, assinada pelo Presidente dessa data que já não está entre nós, 3200 metros de terreno, adquiridos num local conhecido por Pilotos-Lazarim, pela importância de cerca de 4 mil contos, para resolução do processo de reconversão desta Quinta que não se chegou a concretizar. Pelo facto do signatário ser constantemente interrogado verbalmente sobre os destinos deste terreno pelos coproprietários dos avós desta Quinta, solicito os bons ofícios da Senhora Presidente da Inês de Medeiros, no sentido de que encete diligências, relacionadas sobre o destino concreto deste terreno, por parte deste Município, bem como ainda que, o seu resultado final, seja comunicado a esta Comissão."

5.1.3 – O Senhor Munícipe Amadeu Neves Silva:

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu estive na última reunião, como a Senhora Presidente da Câmara Municipal bem se lembra. Estava um pouco nervoso, e aproveitei para pedir ao Grupo Municipal da CDU que dê os meus cumprimentos à maravilhosa Maria Amélia Pardal. Essa sim, portou-se sempre muitíssimo bem, única.

Voltando à questão. Nós mandamos uma carta com aviso de receção. Eu esqueci-me de dizer, nós somos da Comissão Executiva para construção em Almada de um memorial aos mortos da Guerra do Ultramar. Eu digo Ultramar, porque eu fui para o Ultramar, não fui para uma colónia. E o conteúdo da carta era, para sermos recebidos pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, ou por alguém que a representasse, e gostaríamos que fosse o mais breve possível, porque este processo já se arrasta há onze anos, são muitos anos. E, no último mandato, como eu disse aqui na última reunião, houve muitos entraves, alguns não gostaram do que ouviram, mas tudo o que eu disse na última reunião, foi tudo verdade. E aí daquele que diga que não é verdade, aí daquele



que diga que não é verdade o que eu disse aqui na última reunião. Se estivesse aqui a Senhora Vereadora Maria Amélia Pardal, ela relatava uma reunião que houve no gabinete dela com esses Senhores Ilustres.

Eu gostava que a Senhora Presidente nos desse uma resposta o mais depressa possível.”

5.1.4 – O Senhor Município Filipe Alexandre das Neves Passos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu já liguei aqui o cronómetro, porque o ano passado transgredi muito o tempo que me é dado. Eu gosto de vir nesta altura, porque é aqui que nós começamos a definir o que vai ser o nosso Município no ano seguinte. E, portanto, o ano passado coloquei aqui três questões para as quais não recebi qualquer resposta formal, mas isso para mim também são proformas aquilo que eu sei é que o executivo está a fazer o trabalho que lhe compete que é de resolver estas questões, que é o recolher obrigatório que Almada continua a ter face ao Município de Lisboa, a questão da requalificação do Parque Filipa d’Água, não sei se é assim que se chama, na União de Freguesias de Caparica Trafaria e a questão do acordo com os Julgados de Paz do Seixal. Sei que está a ser tratado e, portanto, vou aguardar serenamente, porque estas questões não são simples de resolver e o mandato ainda vai a meio, portanto, ainda estou com esperança.

A questão que vos trago aqui hoje, é um bocadinho mais complexa, exige alguma reflexão e acima de tudo exige-nos a pensar em propostas concretas para o ano que aí vem. Para que possa enquadrar isto eu trago aqui alguns números da PORDATA, nomeadamente, num período que vai de 1993 a 2017, sensivelmente uma geração, que dá conta que, os assaltos a residências no nosso Município, baixaram em cerca de 75%. Vou usar números grosseiros para não vos maçar. Os assaltos a veículos motorizados baixaram também na ordem dos 50%, estabelecimentos comerciais, novamente, baixaram na ordem dos 75%. E, não estou a dar novidade nenhuma, é manifestamente claro que é mais seguro andar em Almada, que se vive melhor em Almada, e que a criminalidade baixou bastante em Almada.

Outra coisa que, e um número que não joga com isto, é o maior número de queixas que a IGAI – Inspeção Geral da Administração Interna, recebeu em 2018, mais de 800 queixas contra aquilo que são os procedimentos dos agentes da autoridade em Portugal. Eu falo em Portugal porque não há números no nosso Município pelo menos eu não os conheço, mas podem fazer a pequena extrapolação se me é permitido. O que é que isto quer dizer? Para que estes números não sejam tendenciosos e para que não me interpretem mal, eu cresci desde a viragem do milénio no meu Município completamente consciente de que a presença e as intervenções que as nossas forças de segurança faziam no nosso território, eram excelentes e ajudavam-nos a viver de uma forma mais tranquila, ajudavam a manter a ordem pública, eu habituei-me cada vez que saía da Escola Básica do Monte de Caparica, sentia-me seguro quando via a Escola Segura, sentia-me seguro cada vez que via certas e determinadas intervenções em bairros problemáticos e problemáticos é uma palavra forte, marginalizados da nossa sociedade. E, portanto, sei perfeitamente que em condições deploráveis os nossos agentes foram fazendo o melhor trabalho que lhes era possível. Agora, aquilo que nós não podemos escamotear e não podemos assobiar para o lado, são alguns abusos da autoridade que se vão registando no nosso território. E esses, nós não podemos ser complacentes com eles. E a mim preocupa-me muito enquanto município, enquanto jovem de 25 anos, que esteja a ver crescer um sentimento de tanta desconfiança para com os nossos agentes da autoridade, que eu não estava habituado e não foi isso a que me habituaram quando cresci. As políticas que o nosso país e o nosso Município sempre foi dando prioridade, era que a atuação dos nossos agentes de segurança, era sempre por melhor e por aquilo que devia ser a nossa segurança. Ora, toda a gente sabe que uma maçã podre numa fruteira, pode rapidamente apodrecer todas as outras maçãs. E, portanto, agentes da autoridade que têm condutas que não são próprias daquilo que deve ser o exercício das suas funções, devem ser rapidamente analisadas escamoteadas e afastadas. E, por isto digo e termino, eu não me sinto bem, a minha consciência não está tranquila quando eu me deito e no meu Município, sei que existem certas paredes, em que as coisas que lá se passam não valem a pena relatar. E, portanto, isto não é normal. Não é normal nem neste Município, nem normal no resto do país. No que depender de mim, não poderá continuar a acontecer e eu farei o máximo que puder para que isto não se repita e não se faça. E, portanto, deixo aqui ao executivo, que veja se pode fazer alguma coisa ou se podem ser tomadas algumas medidas, seja de sensibilização, seja de inspeção, seja aquilo que for. Aquilo não pode acontecer, é mais um relato como aconteceu o mês passado, em que há determinadas

72



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“pessoas que relatam histórias de abuso da autoridade, e nós podemos dizer são sempre falsas ou aquilo que são, mas quando são várias e relatam os mesmos tipos de procedimentos e os mesmos tipos de acontecimentos, nós temos que fazer uma questão. Eu ouço normalmente aquele que é o relato de quem é vítima deste tipo de abusos, tento sempre ouvir a outra parte, como devem calcular não bato à porta da GNR nem da PSP para perceber. Só queria deixar este aviso. No que depender de mim, e espero que aqui todos os presentes, não se deem tranquilos se este tipo de situações continuar a acontecer no nosso território.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes para prestar esclarecimentos, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

5.2.1 A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito sucintamente, relativamente ao Senhor Múncipe Amílcar Correia. Eu confesso que não tinha conhecimento dessa questão que nos levanta. Eu de início não percebi, é obvio que essa questão não percebo, irei perguntar, essa questão é para ser tratada na WEMOB, na antiga ECALMA, mas acho que fez bem de qualquer maneira trazer este assunto aqui. Quero deixar que é o maior número de queixas, eu já referi isto uma vez e volto a repetir e este é um dos bons exemplos, o maior número de queixas que nós recebemos ao nível da Câmara Municipal, é não por causa da atuação da fiscalização dos agentes da WEMOB que fazem o seu trabalho e bem, mas é sim por falta de fiscalização e os habitantes e os múncipes a pedirem fiscalização e ordenamento do estacionamento. Portanto, até lhe agradeço a sua intervenção aqui, às vezes para desfazer alguns mitos que correm muito por aí. É evidente que isso tem que ser fiscalizado, fica aqui registado, já recebi, aliás, sei que o Presidente da WEMOB está a seguir a nossa sessão graças ao streaming, e é evidente que irá deslocar-se ao local, temos aqui o seu contacto, a sua morada, temos tudo. E, portanto, esteja descansado, irão verificar no local o que se passa. Quando há sinalização as regras têm que ser cumpridas para bem de todos. Portanto, até lhe agradeço muito a sua intervenção.

Relativamente ao Senhor Múncipe João Rocha. Agradeço a sua questão, dizer que de facto, a questão do Regulamento está nos acertos finais, aliás, os serviços da Senhora Vereadora Francisca Parreira já tiveram a ocasião de me apresentar, estamos a ultimar as últimas dúvidas, será apresentado em Câmara Municipal e haverá todos os trâmites necessários.

Relativamente ao destino do terreno, tomamos nota da sua questão iremos obviamente responder.

Relativamente ao Senhor Múncipe Amadeu Neves da Silva. Senhor Amadeu, quero que entenda, os serviços já estão neste momento a tentar identificar dois a três sítios possíveis, até para vos apresentarmos. Esta época é uma época muito complicada, a minha agenda é muito, muito cheia, até por boas razões, estamos numa época natalícia, há muitas festas, há muitas solicitações às quais eu gosto muito de ir, e, portanto, o que eu lhe posso dizer é antes de janeiro não vamos poder certamente receber-vos. Quero dizer que desde a última reunião o trabalho já está a andar, importa ver que sítios possíveis e depois poderemos também falar. Agora, não podemos entrar em diálogo. Mas teremos todos a ocasião depois no início de janeiro, eu vou ser honesta consigo, não consigo antes de janeiro, não me é possível. Eu percebo a impaciência, percebo a vontade e os muitos anos, mas tenho que ser honesta, antes de janeiro, é-me absolutamente impossível de o fazer.

Senhor Múncipe Filipe Alexandre. Tomamos nota, como deve imaginar não nos compete agora a nós estar a fazer qualquer tipo de comentários, essas questões têm que ser vistas. A Câmara Municipal tem um ótimo contacto com as nossas forças de segurança, seja com a PSP, seja com a GNR, orgulhamo-nos, de facto, dos números apresentados em Almada e orgulhamo-nos muitíssimo das nossas forças de segurança, e da estreita colaboração sempre em termos muito afáveis, colaborativos, e com uma ótima visão do que é o nosso território, do que é a convivência com as populações, mesmos os bairros ditos problemáticos, não têm nada a ver com outras zonas da Área Metropolitana de Lisboa, e isso deve-se muito à população, mas também se deve de facto, às nossas forças de segurança. Caso haja dificuldades, irei obviamente relatar a situação que nos trouxe aqui, irei perguntar, mas mais uma vez quero deixar aqui uma palavra de apreço em geral, não escamoteando nada, pela atitude das nossas forças de segurança e a que também acrescento muitas vezes a Polícia Marítima, que



também tem sido muito colaborante na frente marítima e temos trabalhado intensamente. Mas entendo a questão, a preocupação.”

5.2.2 - A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar apenas nota que, relativamente à Quinta da Adega, questão específica aqui deixada pelo Senhor Município João Rocha, reunimos desde já com a Comissão, existem algumas condicionantes que estão neste momento a ser acompanhadas diretamente pelos serviços e a Comissão está a ser acompanhada relativamente a essas condicionantes. Desde logo, porque existe um deficit de cedências, a desocupação também de uma linha de água que é importante, que ali existe naquele território e está ocupada com habitações, e estamos também a ver com a Comissão, relativamente à questão dos arruamentos e passeios, redimensionar toda aquela área. Dar nota que, porque estavam ali em causa questões de segurança, o nosso DOM e o nosso Diretor Municipal, está neste momento a verificar se é possível existir ali, ou se Câmara Municipal apesar de não ter responsabilidades naquele território em termos de execução de obra, poder fazer uma passagem pedonal, travessia da Ribeira uma vez que diariamente ali passam muitas crianças que se colocam em risco, porque não têm ali efetivamente uma passagem condigna. Portanto, neste momento é o que posso informar relativamente a este processo.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – O Senhor Presidente deu depois a palavra à Senhora Deputada Municipal Mara Martins para apresentar um voto de pesar pelo falecimento de José Marcelino.

A Senhora Deputada Municipal Mara Martins (CDU):

“Senhor Presidente Senhores/as Deputados/as Municipais;

José Manuel Guerreiro Marcelino, Presidente da Direção do Sport Almada e Figueirinhas, faleceu no passado dia 25 de novembro.

José Marcelino dedicou toda a sua vida à promoção e desenvolvimento da prática desportiva acessível a todos, intimamente associada à atividade e intervenção do movimento associativo, emprestando o seu saber e a sua dedicação em especial à modalidade do Atletismo.

Muitas centenas de jovens atletas almadenses se formaram e desenvolveram as suas carreiras desportivas em consequência direta das condições que o José Marcelino soube criar, enquanto entusiasta e dirigente desportivo, para tornar realidade essa oportunidade de desenvolvimento pessoal e social pela prática desportiva. O seu empenho e dinamismo esteve na base do crescimento das infraestruturas de que o Sport Almada e Figueirinhas hoje se orgulha.

José Marcelino desenvolveu igualmente importante atividade na promoção e desenvolvimento da cultura popular, com particular destaque para a organização das bem conhecidas Marchas Populares do Figueirinhas, durante anos, e ainda hoje, uma presença incontornável no projeto das Marchas Populares de Almada, bem como na organização de eventos de fado e música popular.

O desporto almadense, a cultura popular, o movimento associativo e em particular o atletismo, ficaram mais pobres no passado dia 25 de novembro com o desaparecimento físico deste Homem Bom e Cidadão Exemplar.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, em Sessão Ordinária realizada em 11 de Dezembro de 2019, delibera expressar o mais profundo pesar pelo falecimento de José Manuel Guerreiro Marcelino, Presidente da Direção do Sport Almada e Figueirinhas, dirigindo à sua família, a todos os seus muitos amigos e conhecidos, ao Sport Almada e Figueirinhas e a todos os desportistas almadenses e portugueses, as mais sentidas condolências pelo falecimento do Homem, na certeza de que ficará sempre entre nós o seu exemplo de determinação, combatividade e firmeza na construção de uma vida melhor para todos os homens e mulheres.”

6.1.1 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente, penso que todos/as os/as Senhores/as Vereadores/as aceitarão para o executivo se juntar a este Voto de Pesar pelo Falecimento de José Manuel Guerreiro Marcelino, agradecendo obviamente toda a obra e todo o trabalho de toda uma vida e juntarmo-nos ao voto de pesar aqui expresso.”

6.1.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

6.1.3 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.2 – O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço para fazer uma declaração política.

A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fez no passado dia 28 de outubro 2 anos que iniciaram funções os Órgãos Autárquicos do Concelho de Almada.

Novos órgãos e uma nova composição que surgem na sequência dos resultados eleitorais do dia 1 de outubro de 2017, em que os almadenses escolheram dar um novo rumo aos destinos do concelho: pela primeira vez em mais de 40 anos, Almada e os almadenses escolheram a mudança.

Estamos, assim, a meio do nosso percurso. Um percurso que por vezes mostrou-se sinuoso e... desafiante... mas que tem trazido a Almada e aos Almadenses aquilo que é necessário para projetar o território para o futuro, que nos traz grandes desafios sociais, ambientais, económicos, de mobilidade, de cultura, de direitos.

Nestes dois anos, e ao contrário das crónicas de uma morte anunciada, Almada e os Almadenses ganharam uma nova dinâmica, uma nova perspetiva de futuro, com o respeito pela sua história e as suas gentes, mas com a consciência da urgência necessária para a adaptação às constantes mudanças que acontecem na sociedade do século XXI.

O balanço destes 2 anos de mandato foi feito numa sessão aberta no passado dia 27 de novembro, bastante participada, que em várias horas se mostrou o muito que já foi feito e parte daquilo que ainda se vai fazer.

Com muita pena minha, não temos, hoje, o tempo necessário para dizer tudo o que foi feito, pois é para nós, Partido Socialista, motivo de grande orgulho.

Destaco algumas medidas, de entre tantas outras que poderia destacar.

A assinatura do acordo de colaboração entre o Município e o Ministério de Educação, que permitirá a ampliação de instalações na escola Carlos Gargaté para acolher na Freguesia da Charneca de Caparica a resposta educativa de Ensino Secundário, uma necessidade e reivindicação que tinha tantos anos, e que somente em 2 anos foi encontrada solução.

Uma nova oferta cultural, mais diversificada, mais inclusiva, mais descentralizada, como são exemplo o programa das Festas de Almada, o programa do Feliz Almada, que já está na sua segunda edição, o Março à Solta, mas também a Casa da Dança, um projeto agregador e inovador que Almada conseguiu atrair.

Projetos como o Festival *read on*, as mentorias intergeracionais. Os grandes eventos como o Almada Extreme Sprint, atraindo milhares de pessoas, e que por aqueles dias devolve o território histórico do nosso concelho às suas gentes, a Lisnave. Mas também o Caparica Surf Fest e o Sol da Caparica, que foram por ai tão falados, e no final de contas, demonstraram ser o maior sucesso de sempre.

A elaboração da Estratégia Local de Habitação, que irá permitir apresentar candidaturas para reabilitação e construção de novos fogos através do programa 1.º direito, em estreita colaboração com o Governo.

O investimento na frota de recolha de resíduos, que há tanto tempo estava programado, que tantas vezes teve sucessivos adiamentos, e que finalmente se concretizou.



A abertura de 5 espaços do cidadão, descentralizados pelo concelho, levando desta forma serviços públicos para mais perto dos cidadãos.

As obras de requalificação na via pública, com novas soluções que permitem melhorar a mobilidade aos cidadãos.

A reabilitação do tão famoso parque das tábuas, na frente das praias urbanas, onde hoje encontramos um parque multifuncional, e que tem atraído muitos àquele local.

A criação de 3 Equipas de Intervenção permanentes, distribuídos por cada uma das cooperações de bombeiros do nosso concelho, que permite uma melhor e resposta aos cidadãos.

Outros teriam feito outras coisas, e de outra maneira, mas não nos podemos esquecer aquilo que foi o compromisso que todos nós assumimos como autarcas: que cumpriríamos com lealdade as funções que nos foram confiadas. E uma das funções que os Almadenses nos atribuíram foi que estes autarcas cumprissem o programa eleitoral do Partido Socialista. É esse o rumo que estamos a seguir, e no qual, para bem de Almada e dos Almadenses, iremos permanecer.”

6.3 – Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, usaram da palavra para apresentarem documentos para votação os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) para apresentar a recomendação “balanço e contributo das políticas municipais para a promoção dos direitos das crianças”;

O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS)

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Convenção dos Direitos das Crianças foi adotada em 1989 e ratificada por Portugal a 21 de setembro de 1990. Os líderes mundiais assumiram um compromisso histórico perante as crianças de todo o mundo fazer cumprir os seus direitos.

A Convenção tornou-se, assim, o tratado de direitos humanos mais amplamente ratificados da história e ajudou a transformar a vida das crianças em todo o mundo.

No balanço dos 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança são inegáveis os ganhos históricos que se fizeram sentir na vida das crianças em todo o mundo. Alguns indicadores de amplitude mundial, assim o demonstram, tais como:

- redução da taxa global de mortalidade infantil em 60%;
- proporção de crianças em idade escolar que não frequentam a escola ter diminuído de 18% para 8%;
- a conquista da quase total erradicação de doenças como poliomielite, em que 99% dos casos foram eliminados.

Estas e outras conquistas, realizadas ao longo de três décadas, são a prova de que a vontade e determinação políticas podem mudar a vida das crianças.

No plano local, também é possível fazer a diferença e a uma escala territorial controlada é exigido que se implementem medidas de política à medida de quem vive esses territórios e que através dessa proximidade se chegue onde dificilmente medidas transversais conseguem chegar e assim se defendem artigos da Convenção que reclamam de universalidade.

No plano da Educação, a escala de ação é cada vez mais local, e as estratégias que combatem as desigualdades equacionam-se sem dúvida de forma mais criativa e envolvente a este nível. A Câmara Municipal de Almada, percebeu o desafio, e considerou que para além das políticas educativas definidas centralmente tem muito espaço livre para atuar e para poder apoiar crianças cujo “insucesso” muitas vezes esconde outros fenómenos sociais e que só a proximidade das políticas tem ferramentas para intervir e reparar.

Deixamos dois exemplos que se requerem de futuro reforçados e permanentes no nosso território:

JK



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Promoção do Plano Municipal “Mais Leitura Mais Sucesso”;
- Projeto de Alfabetização de Adultos (Trafaria) e promoção do Plano Almada Qualifica.

Dirão que o último exemplo é dirigido a adultos e não a crianças. De facto, assim o é, mas a verdade científica de quem estuda estes fenómenos sabe que é a escolaridade dos pais e sobretudo das mães um dos principais fatores preditores de sucesso ou insucesso das crianças. Adultos motivados para se qualificarem são uma das ferramentas mais poderosas para o sucesso escolar dos filhos.

Assim, a Assembleia Municipal recomenda à Câmara Municipal de Almada que, a partir dos diferentes indicadores que respeitam a vida das crianças e das suas famílias que residem no município, promova uma iniciativa pública que informe e promova o direito à informação sobre os direitos das crianças, recomendando que essa iniciativa seja incluída no âmbito das comemorações do Dia da Criança celebrada todos os anos a 1 de junho.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) para apresentação da recomendação “contra o encerramento do serviço de urgência pediátrica do Hospital Garcia da Orta”;

O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Desde o dia 14 de novembro de 2019 que a urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta (HGO), em Almada, no período entre as 20h00 de sábado e as 08h00 de domingo, se encontra encerrada, por falta de médicos para cumprir a escala noturna.

Considerando que:

- O Hospital Garcia de Orta serve aproximadamente uma população de 400 mil pessoas, das quais 160.000 são crianças não podendo por isso, ficar desprovido deste serviço não só de extrema importância como de absoluta necessidade;
- A saída sucessiva e a evidente carência de profissionais numa área tão importante, é consequência de uma resposta precária na urgência pediátrica, falta reconhecida no início deste ano pelo Conselho de Administração do Hospital Garcia de Orta, reconhecendo que mesmo com os cinco especialistas que estavam previstos integrar a unidade até março, ficaria muito aquém da resposta necessária de forma a suprir as lacunas existentes.
- A Unidade de Cuidados Intensivos Pediátricos continua encerrada há cerca de três meses, sem que se efetivasse a sua reabertura até à presente data.
- Em declarações o Presidente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul, alertou que a Urgência Pediátrica do HGO continuará encerrada durante a noite, perspetivando a demissão de mais quatro médicos caso não se verifiquem mudanças;
- Em fevereiro deste ano, o Bloco de Esquerda alertou o ministério da saúde para a falta de profissionais, que para além do risco de encerramento já aqui enunciado, pode configurar outros riscos no que toca à segurança clínica, nomeadamente para os utentes, com o aumento considerável de probabilidade de erro e a consequente ocorrência de episódios mais problemáticos.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 11 de dezembro de 2019, delibera:

1) Exigir ao Governo que ponha em prática medidas para captar e fixar profissionais neste hospital, garantindo o pleno funcionamento de todos os serviços e a abertura do serviço de urgência pediátrica, nomeadamente através da contratação mais profissionais e da criação condições para que os profissionais continuem a exercer a sua atividade no SNS.”

6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE) para apresentação da recomendação “pela remoção total e definitiva do amianto das escolas de Almada”;

A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Grande parte da comunidade escolar do concelho de Almada é ainda hoje obrigada a conviver diariamente com materiais degradados de fibrocimento contendo amianto – telhas, coberturas, revestimentos – que constituem uma real ameaça à sua saúde. No limite, alunos, professores e funcionários podem estar a arriscar a vida pelo simples facto de se deslocarem todos os dias para o seu local de estudo ou de trabalho.

É um dado adquirido que o amianto é um elemento extremamente perigoso para a saúde e é corroborado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Direção-Geral de Saúde (DGS) que a inalação de partículas de fibrocimento é a principal via de entrada de amianto no organismo.

Segundo a DGS, “a exposição a qualquer tipo de fibra de amianto” deve, por isso, “ser reduzida ao mínimo”. Isto porque “a exposição ao amianto pode causar”, entre outras, “as seguintes doenças: asbestose, mesotelioma, cancro do pulmão e ainda cancro gastrointestinal”.

As consequências da inalação de partículas de fibrocimento não são imediatas. Como refere a

DGS, “estas fibras microscópicas podem depositar-se nos pulmões e aí permanecer por muitos anos, podendo vir a provocar doenças vários anos ou décadas mais tarde”.

A utilização de materiais com amianto é proibida em Portugal desde 2005, fruto de uma diretiva europeia de 2003, transposta para o ordenamento jurídico nacional no mesmo ano. Em 2011, uma lei e um decreto-lei do Governo obrigavam o estado à monitorização e remoção do amianto de todos os edifícios, instalações e equipamentos públicos.

Segundo o artigo 5.º da Lei n.º 2/2011, de 9 de fevereiro, “compete ao Governo estabelecer e regulamentar a aplicação de um plano calendarizado quanto à monitorização regular a efetuar e às ações corretivas a aplicar, incluindo a remoção dos materiais que contêm fibras de amianto presente nos edifícios, instalações e equipamentos públicos que integram a listagem referida no artigo anterior, bem como a sua substituição, quando for caso disso, por outros materiais não nocivos à saúde pública e ao ambiente.”

Apesar da Câmara Municipal de Almada ter iniciado em 2014 a remoção do fibrocimento com amianto das escolas da sua tutela e de atualmente estar em fase de conclusão, não existe qualquer plano calendarizado, com metas e objetivos traçados, para a remoção do amianto.

Como tal, as escolas da tutela direta do Ministério da Educação não sabem sequer quando serão removidos os materiais de fibrocimento perigosos para a saúde da comunidade escolar.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 11 de dezembro de 2019, delibera:

1. Instar o Ministério da Educação a cumprir com as suas responsabilidades e a definir um plano calendarizado para a remoção dos materiais com fibrocimento das escolas do concelho de Almada;
2. Requerer à Câmara Municipal de Almada a disponibilização aos deputados municipais do levantamento das condições do parque escolar do município, em particular do edificado com a presença de materiais com amianto.”

6.3.4 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE) para apresentação da moção “pela contratação de mais funcionários não docentes”;

O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A falta de funcionários não docentes tem causado problemas graves em vários estabelecimentos de ensino. Nas últimas semanas vários agrupamentos, através das suas direções e associações de encarregados de educação têm trazido a público a gravidade deste problema. Há serviços, blocos e, em alguns casos, escolas inteiras que ficam paralisadas por falta de condições para um funcionamento normal e seguro.

Além das públicas manifestações de descontentamento, assinalam-se vários protestos organizados pelos funcionários não-docentes ou pela comunidade educativa em geral por todo o país. A falta de agilidade do governo em proceder à substituição de funcionários de baixa ou recém-reformados e os rácios



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

insuficientes de funcionários por número de alunos são alguns dos problemas apontados.

É urgente que o Governo tome medidas sobre este problema grave do sistema educativo português, um problema que tem um caráter sistemático, entre outras razões pela falta de renovação dos quadros de funcionários não-docentes, e que urge resolver.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 11 de dezembro de 2019, delibera:

Manifestar a sua profunda preocupação com a falta de funcionários não docentes, o que tem impedido o regular funcionamento da atividade educativa em várias escolas do concelho;

1. Apelar ao Governo e à Assembleia da República que revejam a fórmula de cálculo do rácio para a contratação de funcionários não docentes para as escolas e que tomem as diligências necessárias para a contratação urgente dos funcionários não docentes em falta nos agrupamentos de escolas do concelho;

2. Manifestar o seu apoio solidário a todas as ações de protesto que visam alertar para a necessidade da urgente contratação de funcionários não docentes.”

6.3.5 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) para apresentar a moção/deliberação “pela reabertura do serviço de urgência pediátrica do Hospital Garcia da Orta no período noturno – pelo direito à saúde”;

O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

As medidas que o Ministério da Saúde anunciou e prometeu para a reabertura do Serviço de Urgência de Pediatria do Hospital Garcia de Orta no período noturno, tardam em ser concretizadas.

O encerramento, assumido como temporário, está perigosamente a tornar-se definitivo.

As conhecidas dificuldades por que passa o Serviço Nacional de Saúde (SNS) resultam dos ataques de que tem sido alvo ao longo de décadas, através dos cortes nos orçamentos, no subfinanciamento crónico, da sangria de profissionais, e na falta de meios técnicos.

Esta realidade implica graves consequências para os utentes, sentidas tanto no encerramento de serviços de proximidade – centros de saúde e serviço de atendimento permanente (SAP) –, horários de funcionamento desajustados face às necessidades das populações, com encerramento dos serviços às 20:00 horas, como nas crescentes dificuldades que afetam os serviços hospitalares, desde a não substituição de meios técnicos obsoletos, à diminuição de camas para internamento ou, mesmo, falta de diversos tipos de material.

A tudo isto há que acrescentar a falta de profissionais, provocada pelas desastrosas políticas laborais contra os profissionais de saúde, que muito têm contribuído para a sua saída do SNS.

Nada disto é novidade, nada disto é recente.

Foram muitos os alertas, as tomadas de posição, as lutas travadas em defesa do SNS e contra a sua degradação, que tem subjacente a vontade da sua privatização.

Aliás, basta ter presente a quantidade de estabelecimentos privados que abriram neste período, ao mesmo tempo que se mantêm as Parcerias Público Privadas (PPP).

Nas lutas travadas em defesa do SNS destacamos:

- O contributo das Comissões de Utentes da Saúde e a luta das populações.
- A intervenção dos Eleitos do Poder Local, que denunciaram em diversas sessões da Assembleia Municipal de Almada o caminho de destruição que estava a ser levado a cabo pondo em causa o direito à saúde, e aprovaram moções/deliberações a exigir do Poder Central a adoção de medidas que garantissem o direito à saúde, no cumprimento da Constituição, um Serviço Nacional de Saúde geral universal e tendencialmente gratuito.



- O contributo dos profissionais de saúde que todos os dias, com a sua dedicação, esforço e competência, mantêm a qualidade dos serviços prestados aos portugueses, contribuindo de forma decisiva para o prestígio do Serviço Nacional de Saúde Português no plano internacional, como é indicado nos recentes relatórios da OCDE.

É verdade que na anterior legislatura foram dados passos positivos para travar a degradação do SNS.

Todavia, esses passos foram tímidos e insuficientes.

É evidente a necessidade urgente de se contratar mais profissionais de saúde, incluindo médicos e enfermeiros. Para isso é fundamental que se encontrem os entendimentos necessários com os sindicatos dos médicos, enfermeiros e outros profissionais do setor.

Hoje é reconhecida a urgência num forte investimento em meios técnicos.

Hoje continua a ser exigida uma gestão eficiente, dotada de meios e recursos humanos e técnicos para desenvolvimento das capacidades do SNS.

Hoje, para a maioria do povo português é mais claro que os inimigos do SNS utilizam os problemas que afetam o seu normal funcionamento para, numa campanha diária através dos media, promover o descrédito e assim justificar a necessidade de financiamento dos grupos privados que veem na saúde um negócio rentável.

A exigência da reabertura do Serviço de Urgência Pediátrica do Hospital Garcia de Orta no período noturno, é acompanhada pela necessidade de melhorar o funcionamento dos cuidados de saúde primários dotando-os de meios humanos e técnicos com horários mais alargados, de forma a aumentar a capacidade de resposta às necessidades das populações.

Quanto melhor forem as condições de acesso aos cuidados primários de saúde, melhor funcionará qualquer Serviço de Urgências Hospitalar para as situações de emergência que só nesses serviços podem ser atendidas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em 11 de dezembro de 2019, delibera reivindicar ao Governo:

1. A contratação de mais médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde.
2. A reabertura no período noturno das urgências pediátricas do Hospital Garcia de Orta.
3. O alargamento dos horários de funcionamento dos centros de saúde, dotando-os dos recursos necessários, humanos e técnicos, para uma eficaz resposta à prevenção da doença, reforçando a capacidade de resposta ao nível dos cuidados de saúde primários, designadamente com a contratação de médicos e enfermeiros de família, com a consequente redução do número de utentes atribuído a cada médico e enfermeiro de família, que hoje se afigura incomportável.
4. A reabertura do Centro de Saúde da Trafaria.
5. A construção do Centro de Saúde no Feijó."

6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU) para apresentar a moção/deliberação “solidariedade com os trabalhadores auxiliares de ação educativa das escolas de Almada”;

O Senhor Deputado Municipal Luís Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Têm sido divulgadas com insistência, desde o início do atual ano letivo, notícias de escolas que encerram ou veem o seu funcionamento normal fortemente perturbado por falta de trabalhadores não docentes em número adequado ao seu funcionamento.

Em muitos casos, assistimos ao encerramento de diferentes serviços escolares – como bares, bibliotecas ou ginásios –, e noutros casos é mesmo encerrada a escola durante parte do horário por falta de funcionários.

11



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

São muitos os exemplos desta realidade, entre os quais destacamos naturalmente o protesto que decorreu à porta das cinco escolas do Agrupamento da Costa de Caparica entre as 7:00 horas e as 10:00 horas do passado dia 26 de outubro, um protesto que contou com a solidariedade dos alunos e suas famílias.

Os trabalhadores das cinco escolas de Almada afirmam que atingiram um “ponto de rotura”, declarando mesmo que o encerramento de serviços como bibliotecas, centros de recursos, reprografias, papelarias e ginásios não diminui, assim mesmo, a sobrecarga de trabalho que sentem.

Estes exemplos repetem-se um pouco por todo o país, com as insuficiências registadas ao nível do número de trabalhadores não docentes a serem resolvidas tardiamente, ou a ficarem por completo por resolver.

Não basta cumprir os rácios; é necessário, para além disso, garantir o número de trabalhadores adequado às características e especificidades de todas e cada uma das escolas do país, o que hoje manifestamente não se verifica, sendo cada vez mais evidente que mesmo a revisão concretizada à Portaria dos Rácios não responde na medida necessária às especificidades de cada escola.

Ao mesmo tempo, os sindicatos representativos dos trabalhadores não docentes das escolas portuguesas, exigem o fim do recurso ilegal ao emprego precário para funções de carácter permanente, denunciando simultaneamente a exaustão pessoal, familiar e social a que são submetidos estes trabalhadores, razões que conduziram à realização de uma greve nacional dos trabalhadores não docentes das escolas no passado sai 29 de Novembro, que teve uma extraordinária adesão dos trabalhadores, em todo o país e também no Concelho de Almada

Perante a situação de degradação das condições de funcionamento de centenas de escolas no nosso País, e em particular de muitas escolas do Concelho de Almada, afetando milhares de trabalhadores não docentes na sua vida e qualidade das condições e trabalho, o Grupo Municipal da CDU propõe que a Assembleia Municipal de Almada, na sua Sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2019, delibere:

1. Saudar a luta dos trabalhadores não docentes das escolas do Concelho de Almada e do país, afirmando a sua solidariedade perante a situação de degradação das condições de trabalho que os vêm afetando, e os conduzem a inaceitáveis situações de sobrecarga, desgaste e cansaço.
2. Lamentar o encerramento forçado de importantes serviços escolares pela falta de trabalhadores em número adequado, prejudicando assim o regular funcionamento das escolas e a qualidade do ensino a que todos os alunos têm direito.
3. Expressar toda a solidariedade para com a comunidade educativa em geral, incluindo professores, alunos, pais e encarregados de educação, igualmente afetados pela situação de degradação das condições de trabalho dos trabalhadores não docentes das escolas.
4. Exigir ao Governo a urgente tomada das necessárias e adequadas medidas para solução desta situação, no respeito pelas condições e necessidades específicas de cada escola e de cada comunidade educativa no seu conjunto.”

6.3.7 - O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE) para apresentar o “voto de saudação ao dia internacional das pessoas com deficiência”;

O Senhor Deputado Municipal Pedro Celestino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Comemorou-se no dia 3 de dezembro em todo o mundo, o dia internacional das pessoas com deficiência. Proclamado pela assembleia geral das nações unidas em 1992, o dia internacional das pessoas com deficiência é um dia de mobilização social e política para a garantia de efetividade de direitos destas pessoas em todas as esferas da sociedade e para o tanto que há a fazer para derrubar barreiras físicas, legais e culturais para que assim possa ser.



Este ano, a nações unidas centraram a comemoração do dia internacional das pessoas com deficiência no envolvimento destas pessoas no esforço global pelo desenvolvimento sustentável, aplicando a esse compromisso de inclusão o princípio que guia a ação coletiva das pessoas com deficiência em prol dos seus direitos: “nada sobre nós sem nós”.

A convicção forte transmitida pela celebração do dia internacional da deficiência, é de que a deficiência não pode constituir um entrave intransponível ao reconhecimento e à prática dos direitos para todos/as e que ela exige o reconhecimento e a prática de direitos diferenciados para estas pessoas.

Portugal ratificou a convenção das nações unidas sobre o direito das pessoas com deficiência e o respetivo protocolo adicional e tem vindo a adotar um quadro jurídico e um conjunto de políticas públicas, que coloquem as pessoas com deficiência como sujeito de uma vida independente e com os direitos a ela inerentes. Mas há muito ainda por fazer. Subsistem obstáculos de natureza diversa a esses direitos e o combate de todos/as contra esses obstáculos, é o desafio que importa tomar consciência neste dia.

Assim a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 11 de dezembro de 2019, delibera:

Saudar o dia internacional do dia internacional das pessoas com deficiência e reafirma o seu compromisso de assumir o reconhecimento e a garantia das pessoas com deficiência como sua responsabilidade fundamental.”

6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar, em conjunto com o grupo político do PSD, a “homenagem a Sá Carneiro e a Adelino amaro da Costa”;

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Fez no passado dia 4 de dezembro 39 anos do fatídico dia do ano de 1980, em que desapareceram de entre nós, num violento desastre de avião, o Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro e o Ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa. No mesmo desastre perderam ainda a vida mais três pessoas.

As mortes de Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa, chocaram o país facto que ainda hoje gera consternação devido ao desaparecimento prematuro de duas figuras notáveis que detinham um papel fulcral na sociedade portuguesa.

O seu desaparecimento mudou todo o rumo da história, marcada à época com os passos iniciais nos primeiros anos de uma jovem democracia que se estava a implementar e a configurar o seu espectro político e social.

A capacidade de Sá Carneiro e de Adelino Amaro da Costa para consensos, para debater democrática e livremente ideias e pontos de vista antagónicos, tal como um enorme sentido de responsabilidade perante a situação política no país, fez com que fossem duas personalidades inequivocamente admiradas dentro e fora do país.

Na personalidade de cada um notava-se ainda uma coragem fora do vulgar com a capacidade de enfrentar de forma abnegada e de total entrega os novos desafios e obstáculos que se lhes deparavam.

Homens que lutaram pela Liberdade, pelo pluralismo democrático onde rejeitavam inequivocamente qualquer tipo de ditaduras, pela participação do povo nas decisões e no futuro do seu país, acrescido de uma enorme esperança de um Portugal modernizado, próspero e desenvolvido, faziam do Primeiro-Ministro e do Ministro da Defesa dois homens de valor acrescido inquestionável do espectro político do pós-revolução.

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 11, 12 e 13 de dezembro na localidade da Charneca da Caparica, vem deste modo, relembrar o papel que Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa tiveram na sociedade portuguesa nomeadamente na construção de um Portugal livre e democrático, homenageando a sua dedicação, coragem e sentido de responsabilidade na consolidação de um Portugal democrático e desenvolvido e a passagem do 39º aniversário dos seus falecimentos.”

6.4.9 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) para apresentar a recomendação “fogos de artifício silenciosos”;

12



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que:

- a) Os fogos de artifício tradicionais utilizam bombas que explodem com elementos químicos depois de arremessados no ar. São compostos basicamente por pólvora, mistura de enxofre, carvão e salitre e atingem no momento de explosão 120 decibéis, tanto quanto um martelo pneumático. Alternativamente, os fogos de baixa emissão de som queimam de forma mais gradual, com uma explosão significativamente inferior, permitindo a observação de um degradé de cores no céu e um espectro de cores maior;
- b) O uso de fogos de artifício é uma prática tradicionalmente usada nas celebrações, não obstante é hoje conhecido o impacto negativo que o ruído estrondoso tem nas crianças pequenas, em pessoas com autismo, em pessoas idosas, em pessoas com determinadas enfermidades e em animais domésticos e silvestres;
- c) Em geral, bebés com menos de 6 meses de idade tendem a reagir mal a barulhos e sons repentinos e altos, como aqueles provocados pelos fogos de artifício. Também as crianças autistas são mais sensíveis aos sons intensos, podendo por isso vivenciar reações como medo, susto, desespero e angústia perante o ruído destas celebrações;
- d) Em relação aos animais, nomeadamente o cão, a sua audição é muito mais apurada que a do ser humano, fazendo com que o som dos estrondos seja percebido de uma forma muito mais intensa. O barulho, associado ao medo, desencadeia respostas fisiológicas de *stress*, por meio de ativação do sistema neuroendócrino, que resultam numa resposta de luta ou fuga, observada através do aumento da frequência cardíaca, vasoconstrição periférica, dilatação da pupila, piloereção e alterações no metabolismo da glicose (dados de um estudo elaborado pela *Society for the Prevention of Cruelty to Animals – SPCA Scotland*);
- e) Todos os anos, sobretudo depois das celebrações da passagem de ano, existem relatos do desaparecimento de vários animais de estimação após o lançamento do fogo de artifício. Muitos animais, sobretudo cães, fogem apavorados e acabam perdidos ou atropelados. Outros, na ânsia da fuga, terminam enforcados nas correntes que os prendem. Alguns têm convulsões, ataques epiléticos, tremores, surdez ou ataques cardíacos;
- f) No Reino Unido, foi lançada uma petição que conta já com mais de 500 mil assinaturas, na sequência da morte de *Molly*, uma cadela de apenas 18 meses que, segundo a sua tutora, terá morrido com um ataque cardíaco após os fortes estrondos do rebentamento dos fogos de artifício, motivando à discussão deste documento no Parlamento;
- g) Os danos causados pelo barulho das explosões atingem animais domésticos, mas também animais silvestres, sobretudo os pássaros. Com as explosões repentinas, os bandos de pássaros que estão a dormir, têm uma reação instintiva de fuga que, combinada com a falta de visibilidade noturna, causa a morte de muitas aves decorrente do choque com as estruturas urbanas durante o voo;
- h) Face ao exposto, é urgente que se repense a utilização de fogos de artifício ruidosos, respeitando o bem-estar de todos: bebés, crianças mais sensíveis, grávidas, idosos, doentes e animais. É nesse sentido que um número crescente de cidades, como São Paulo, Florianópolis ou Curitiba passaram a utilizar nos seus festejos fogos de artifício silenciosos combinando este espetáculo com música de fundo e projeções audiovisuais, preservando o espetáculo de cor e eliminando o tão prejudicial ruído;
- i) Existindo assim alternativas que satisfazem o espírito festivo, como os fogos de artifício sem ruído ou os espetáculos de *video mapping* e laser, impõe-se repensar a continuação da utilização de fogos de artifício tradicionais nas celebrações do município.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2019, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:



1. O desenvolvimento de uma campanha de sensibilização sobre os impactos negativos da utilização de artefactos pirotécnicos nas festas e celebrações do concelho, nomeadamente no ambiente, nas pessoas mais vulneráveis e nos animais;
2. A realização de um estudo sobre a possibilidade de adoção de fogos de artifício sem ruído ou de menor impacto sonoro nas celebrações do município;
3. A preferencial utilização de formas mais ecológicas de celebração e sem poluição sonora e ambiental, como o *video mapping* e o laser;
4. A eliminação do uso de segmentos de fogos de artifício mais ruidosos que são normalmente utilizados no início e no final das celebrações, visando a redução do limite máximo de decibéis utilizados;
5. O estabelecimento de locais de lançamento de fogo de artifício que acautele o bem-estar de pessoas e animais, longe de parques, abrigos e canis para animais, bem como de hospitais ou outras instituições onde se encontrem pessoas mais suscetíveis de sofrerem com o ruído.”

6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar a recomendação “criação do plano municipal de segurança rodoviária”;

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao longo das últimas décadas foram desenvolvidos vários planos com o objetivo de reduzir o elevado número de acidentes rodoviários. Estes acidentes rodoviários contribuem anualmente com um elevado número de vítimas, a maioria delas mortais.

O combate sistematizado à insegurança rodoviária, através de políticas públicas, teve início em 1990. Neste percurso, foram desenvolvidos três modelos de programa: o Plano Integrado de Segurança Rodoviária (PISER), de 1998 a 2000, o Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (PNPR), de 2003 a 2010, e a Estratégia Nacional de Segurança Rodoviária (ENSR), prevista para os anos de 2008 a 2015, objeto de uma revisão intercalar em 2013-2015, e cuja implementação se prolongou pelo ano de 2016 e atualmente o Plano Estratégico Nacional de Segurança Rodoviária — PENSE 2020

Contudo, os dados conhecidos devem preocupar toda a sociedade, pois o número de acidentes e vitimas destes acidentes são ainda elevados, como se pode constatar nos relatórios de sinistralidade rodoviária elaborados pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, tornando a sinistralidade rodoviária em Portugal, como um dos grandes flagelos de mortalidade deixando todos os anos famílias destroçadas em resultado desse problema.

Apesar de algumas oscilações, os dados referentes à sinistralidade, nomeadamente no distrito de Setúbal, são manifestamente altos, o que deve levar à preocupação das entidades competentes e com responsabilidades no intuito de reverter o problema, ao qual os vários municípios onde Almada não deverá ser exceção, têm também um papel e uma responsabilidade acrescida.

A missão e a obrigação destinada quer às autarquias quer às demais entidades e instituições responsáveis pela matéria, deverá ter como objetivo a diminuição drástica de acidentes e incidentes de cariz rodoviário tentando que esse número seja o mais baixo possível, trazendo mais segurança e mais qualidade de mobilidade aos concelhos, procurando soluções que resolvam o problema da sinistralidade rodoviária.

A prevenção, a (re)educação e a formação, devem ter um carácter prioritário ao mesmo tempo que se socorre de outros meios ao dispor para combater a sinistralidade e boas práticas de uso fruto da estrada e do restante espaço público.

Em consideração, os municípios e as entidades intermunicipais conforme consta na Resolução do Conselho de Ministros 85/2017 - PENSE2020, possuem competências próprias para o efeito em matéria de:

- Construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;
- Deliberar sobre o estacionamento de veículos nas vias públicas e demais lugares públicos;
- Fiscalização do estacionamento e do cumprimento das disposições do Código da Estrada e da legislação complementar nas vias públicas municipais e nas vias colocadas sob administração municipal;
- Construção de estações de camionagem ou terminais rodoviários;
- Sinalização rodoviária, gráfica, vertical e horizontal, nas vias municipais ou sob sua administração.

Os municípios são ainda responsáveis pelos Planos Municipais de Segurança Rodoviária (PMSR), pelas estratégias e programas de mobilidade; execução, ao nível municipal de políticas públicas de mobilidade que integram modos suaves de transporte (ciclovias e veículos elétricos e pedonal), programas de mobilidade elétrica, e ainda programas de promoção da acessibilidade nos arruamentos e atravessamentos (rebaixamento de passeios, remoção de obstáculos do passeio e nas vias, colocação e sobre-elevação de passadeiras e atravessamentos seguros, entre outros).

Colaboram, ainda, na identificação e correção de pontos negros de segurança rodoviária.

Neste sentido, deverá ser de responsabilidade inquestionável a tentativa de inversão dos dados negativos de sinistralidade rodoviária, dotando o Município de Almada de mais um instrumento de gestão no planeamento das infraestruturas e na prossecução de políticas e ações que permitam alterar muitos dos comportamentos abusivos e que não cumpram com as normas em vigor

Posto isto, e em consideração com a matéria atrás descrita, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de na localidade da Charneca de Caparica, recomenda à Câmara Municipal de Almada, a criação do Plano Municipal de Segurança Rodoviária para o Concelho.”

6.3.11 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar a moção pela resolução urgente do problema do encerramento da urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta durante o período noturno e aos fins de semana;

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Hospital Garcia de Orta em Almada tomou a decisão de encerrar aos fins de semana e no período noturno a urgência pediátrica, resultando dessa decisão os normais e esperados entraves e constrangimentos a uma eficaz prestação de serviços de saúde com qualidade às populações.

A falta de médicos justifica por parte do respetivo hospital tal como por parte do Ministério da Saúde, o seu encerramento nos períodos atrás mencionados, o que deixa junto dos utentes em concreto dos pais, muitas incertezas relativamente ao seu futuro nomeadamente à retoma da normalidade.

A solução de recurso encontrada entre o HGO, o ACES Almada/Seixal e a Ministra da Saúde, foi, o atendimento dessas urgências nos centros de Saúde de Almada e da Amora no concelho do Seixal, situação essa, que apesar de tentar minimizar o problema, a médio prazo, de todo, não o resolve.

Até então as diversas tentativas por parte do Ministério da Saúde em contratar médicos que preenchessem as vagas necessárias foram tidas em vão, denotando-se em enorme entrave para a concretização de um Serviço Nacional de Saúde eficaz e que corresponda às necessidades das populações.

O Hospital Garcia de Orta apesar de situado no concelho de Almada, agrega e recebe um número considerável de utentes também do concelho do Seixal como de outros concelhos nomeadamente do sul do distrito de Setúbal, o que implica e exige um serviço de excelência na prestação de cuidados aos utentes.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2019, vem deste modo, defender junto do Ministério da Saúde a rápida resolução do problema da falta de médicos pediatras no Hospital Garcia de Orta em Almada, devolvendo a normalidade à ala pediátrica indo assim ao encontro das necessidades das populações.”



6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para apresentar uma saudação à manifestação e à jornada de reivindicação de direitos por parte dos agentes da PSP e Guardas da GNR;

O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Decorreu no passado dia 21 de novembro uma enorme jornada de luta pelos direitos dos profissionais das forças de segurança tendo-se juntado em Lisboa, vindos de todos os pontos do país, mais de dez mil efetivos da PSP e da GNR, numa das maiores concentrações e manifestações que há memória por parte das forças policiais.

A Manifestação organizada em conjunto com a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASSPP/PSP) e a Associação dos Profissionais da Guarda (APG/GNR), teve início no Marquês de Pombal, deslocando-se de seguida até São Bento, tendo aí terminado a sua marcha em frente à escadaria da Assembleia da República.

Foi sob o lema da "tolerância zero" que os milhares de agentes e guardas das forças de segurança exigiram do Ministério da Administração Interna (MAI), que a promessas do Governo fossem cumpridas nomeadamente as atualizações salariais, devendo-se proceder às necessárias tabelas remuneratórias, a atualização dos suplementos, a atribuição do subsídio de risco que já foi votado e aprovada a recomendação na Assembleia da República, e ainda a aplicação da lei que vise a fiscalização das condições de higiene, de segurança e de saúde no trabalho.

A montante, os milhares de profissionais das forças de segurança exigiram ainda a requalificação das esquadras e dos postos da PSP e da GNR, da contratação de mais operacionais e mais meios materiais quer de proteção pessoal quer da aquisição de viaturas ou tão simplesmente a requalificação dos imóveis onde estão sediadas as forças de segurança.

Esta concentração tem ao mesmo tempo para Almada um significado redobrado uma vez que, também no concelho, as forças de segurança poderiam estar muito melhor apetrechadas com mais e moderno equipamento, mais viaturas, mais meios humanos nas várias áreas e esquadras requalificadas da PSP e nos Postos da GNR, estando esta última força a aguardar que possa ser construído o quartel do Monte da Caparica e a saída desta força de segurança do castelo de Almada onde está há muitos anos sediada, quando deveria estar localizada com melhores acessos, melhores condições e numa área da sua jurisdição.

Só com forças policiais devidamente apetrechadas de meios humanos e materiais as populações podem ter uma segurança condigna e devidamente salvaguardada.

A Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2019, vem desta forma,

- 1 - Saudar os profissionais da PSP e da GNR, pela organização da enorme jornada de luta consubstanciada na manifestação em Lisboa em defesa dos seus direitos que há muito pugnam para um melhor cumprimento do seu dever.
- 2 - Apoiar as reivindicações dos agentes da PSP e dos militares da GNR do concelho de Almada que defendem melhores condições de trabalho nas esquadras e nos postos da GNR
- 3 - Defender junto do Ministério da Administração Interna a requalificação de todos os imóveis das forças policiais no concelho de Almada que se encontrem em mau estado ou em estado de degradação tal como a construção no novo posto da GNR no Monte da Caparica, há muito desejado pelas populações e pela força de segurança.”

6.3.13 – O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira para apresentar uma moção “fazer do combate à violência doméstica e de género uma prioridade política nacional;

O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A violência contra as mulheres é definida pelo Conselho da Europa na Convenção de Istambul de 2011 (Convenção para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica) como "uma

11



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

forma de discriminação contra as mulheres, abrangendo todos os atos de violência de género que resulte, ou possa resultar, em danos ou sofrimentos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos para as mulheres, incluindo a ameaça de tais atos, a coação ou a privação arbitrária da liberdade, tanto na vida pública como na vida privada" e a violência doméstica como abrangendo "todos os atos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorram na família ou na unidade doméstica, ou entre cônjuges ou ex-cônjuges, ou entre companheiros ou ex-companheiros, quer o agressor coabite ou tenha coabitado, ou não, com a vítima".

Este tipo de violência afeta de forma desproporcional as mulheres, reflexo das assimetrias de poder e dos papéis sociais atribuídos aos géneros, reproduzidos numa sociedade ainda de base patriarcal e onde o machismo é latente.

Como forma de alertar para estas situações, foi estabelecido o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se celebra a 25 de novembro.

A verdade é que a violência contra mulheres, independentemente da idade, continua a existir nas nossas sociedades e, em muitas partes do mundo, a ser tolerada e mesmo normalizada. Muitas vezes, os casos de violência não chegam a ser denunciados, devido a uma cultura de impunidade, vergonha e desigualdade de género.

Em 2013, o Governo aprovou o V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (V PNPCVDG) para os anos 2014-2017. Este plano alargou o âmbito dos anteriores, passando a incluir outras formas de violência de género para além da violência doméstica.

Não obstante as medidas tomadas a nível nacional e a maior consciencialização para as questões da violência doméstica e de género, os números aumentam e os casos mediáticos sucedem-se. Em muitos casos, a resposta das entidades administrativas, das forças de segurança e dos meios judiciais não têm dado uma resposta adequada, tanto na punição dos criminosos como no apoio às vítimas, deixando na sociedade um sentimento de impunidade e culpabilização das próprias vítimas.

As estatísticas mostram um retrato indesmentível desta realidade. De acordo com as Nações Unidas, um terço das mulheres no mundo sofrem violência física ou sexual durante a sua vida. Metade das mulheres mortas em todo o mundo foram assassinadas por parceiros ou familiares.

Em Portugal, entre 2013 e 2018, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima registou mais de 100.000 crimes em registo de violência doméstica, sendo a grande maioria (86%) do sexo feminino.

No ano de 2018, foram assassinadas 28 mulheres em contexto de violência de género ou doméstica. Apenas no mês de janeiro deste ano foram assassinadas 9 mulheres, vítimas de violência de género. Estes casos despoletaram várias manifestações espontâneas e apertadas que têm tido lugar nos últimos dias.

Desta forma, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 11 de dezembro de 2019 delibera saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, que se celebrou a 25 de novembro, as medidas levadas a cabo pelos diversos poderes públicos para mitigar o problema e as iniciativas que emanam da chamada sociedade civil para lhe dar visibilidade, salientando também o muito trabalho que há a fazer para erradicar a violência de género e a violência doméstica."

6.4 – No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Salgueiro (PSD), José Rocha (BE), Carlos Guedes (Ind), João Geraldes (CDU), Margarida Lourença (PS), Artur Alfama (PAN) e António Pedro Maco (CDS-PP). Usou também da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

6.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu peço a palavra para algumas notas relativamente às moções apresentadas sobre o Hospital Garcia de Orta. Para anunciar aos Senhores/as Deputados/as Municipais, em função daquilo que tinha sido combinado no seguimento da primeira reunião que tivemos com a Senhora Ministra da Saúde, que nos iríamos encontrar regularmente, para seguirmos a situação do Hospital Garcia de Orta, que temos agendada, para a próxima



quarta-feira, uma nova reunião com a Senhora Ministra da Saúde, para sabermos em que ponto é que estamos ao nível das contratações de pediatras para o Hospital Garcia de Orta. Sabemos que houve duas contratações que já estão concluídas ou que estão mesmo por concluir, e que estava em curso a contratação de mais dois, essas informações no seguimento da reunião com a Senhora Ministra da Saúde, teremos todo o gosto, e mais, quase o dever de comunicar aos Senhores/as Deputados/as Municipais, assim como a todos/as os/as Senhores/as Vereadores/as. Portanto, era para dar esta nota.

E, já agora, dar também a nota daquilo que foi anunciado hoje mesmo, pelo Governo, relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, o que significa os 800.000.000.00€ (oitocentos milhões de euros) em orçamento, que estão previstos e a contratação de 8.000.00 (oito mil) profissionais. Também importa salientar aqui, o Plano Plurianual de 190.000.000.00€ (cento e noventa milhões de euros) para modernizar e requalificar a rede dos hospitais e centros de saúde, é obviamente uma decisão que a Câmara Municipal de Almada saúda, assim como os 550.000.000.00€ (quinhentos e cinquenta milhões de euros) dentro dos 800.000.000.00€ (oitocentos milhões de euros) no sentido da redução do pagamento em dívida a fornecedores.

Portanto, em nome da Câmara Municipal de Almada, e porque temos o nosso Hospital, de facto, com grandes dificuldades e a precisar também de investimento, não podemos senão que saudar este anúncio que foi feito hoje mesmo, pelo Senhor Primeiro Ministro e pela Senhora Ministra da Saúde.

Já falei com o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, penso que há aqui um ligeiro equívoco, foi mencionado o encerramento de um serviço de cuidados intensivos pediátricos, ora quero salientar aqui, se se referem ao serviço de neonatologia, quero alertar os almadenses de que não há nenhum tipo de encerramento outro, que as urgências pediátricas. Já chega. Mesmo assim não estamos contentes com esse encerramento. Mas, quero deixar muito claro, que o serviço pediátrico continua, que o serviço de neonatologia do Hospital Garcia de Orta, que é um serviço de referência, continua, e que obviamente as urgências, para qualquer grávida que venha, tudo isso está a funcionar normalmente. É tanto mais importante salientar, que a questão da falta de médicos, é que este serviço tem pediatras disponíveis 24h00 por dia e que não podem sair desse serviço para irem fazer as urgências. Mais uma vez a Câmara Municipal não se contenta e não pode obviamente apoiar o encerramento das urgências pediátricas, e, portanto, já o fizemos saber, mas quero, no entanto, acalmar as populações no sentido de que, todos os outros serviços pediátricos e em particular o serviço de neonatologia, continua a funcionar normalmente, agora mesmo tivemos essa confirmação por parte do Presidente do Conselho de Administração.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à recomendação apresentada pelo Partido Socialista sobre balanço e contributo das políticas municipais para a promoção dos direitos das crianças, votaremos a favor, assim como votaremos igualmente a favor da recomendação do Bloco de Esquerda sobre o encerramento do serviço de urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta.

Votaremos também a favor da moção da CDU acerca o serviço de urgência pediátrica do Hospital Garcia de Orta e a moção do CDS-PP sobre o mesmo assunto.

Votaremos igualmente a favor da recomendação do Bloco de Esquerda sobre a remoção total e definitiva do amianto das escolas do Concelho de Almada.

Acompanhamos também a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativa à contratação de mais funcionários não docentes para as escolas, mas solicitamos ao Senhor Presidente da Mesa a votação do ponto 3 da parte deliberativa à parte dos restantes. Votaremos também a favor da moção da CDU, sobre a solidariedade dos trabalhadores auxiliares da ação educativa.

Acompanhamos também o voto de saudação do Bloco de Esquerda ao dia internacional das pessoas com deficiência.

Relativamente à recomendação do PAN, referente aos fogos de artifício silenciosos, consideramos extemporânea a apresentação deste documento nos moldes em que está redigido. Aliás, parece-nos que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

relativamente a esta matéria, era por aqui que devíamos começar. Em vez de se deliberar tudo o que está proposto, deliberar sim pela realização de um estudo que possa levar no futuro a fogos de artifício com menor impacto sonoro. Em alternativa, sugerimos ao PAN a baixa à Comissão da recomendação, para que se possa dar início a um estudo mais aprofundado. Se assim não for, naturalmente, teremos que votar contra este documento.

No que concerne à recomendação do CDS-PP sobre a criação de um plano municipal de segurança rodoviária, votamos a favor, assim como votaremos a favor da moção do PS sobre o combate à violência doméstica e de género.

No que respeita à moção do CDS-PP, sobre as forças de segurança, solicitamos a votação ponto por ponto.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só para deixar aqui algumas notas em relação à nossa proposta do Hospital Garcia de Orta. Esta situação não foi uma invenção do Bloco de Esquerda, ou seja, o que está vertido neste documento, não foi uma invenção do Bloco de Esquerda, foram declarações proferidas pela Comissão de Utentes e citada inclusivamente pelo Presidente da Câmara Municipal do Seixal. De qualquer forma, nós retiramos esses dois parágrafos, não queremos estar aqui a ser acusados de inventar seja o que for. Apenas deixar esta nota, porque achamos extremamente importante.”

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para solicitar a votação ponto por ponto do documento nº 13 apresentado pelo CDS-PP, saudação à manifestação e à jornada da reivindicação de direitos por parte dos agentes da PSP e guardas da GNR.”

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para algumas referências a alguns dos documentos que estão em discussão e que iremos votar.

Relativamente ao documento nº 1, que é a recomendação “balanço e contributo das políticas municipais para a promoção dos direitos das crianças”, apresentada pelo Partido Socialista. Em primeiro lugar gostaríamos de pedir que este documento fosse votado em separado, que os considerandos fossem votados separados da parte deliberativa.

Depois temos dúvidas sobre qual é o balanço das políticas locais que fala o Partido Socialista neste texto. É que não conseguimos encontrar no texto que nos é proposto, nenhum balanço. A única apreciação no plano local que é feita, é ao nível da educação. Por outro lado, o texto parece ignorar, não sabemos se de forma deliberada, que não foi no atual mandato, que a Câmara Municipal percebeu o desafio que é referido, porquanto há décadas de intervenção anterior nestes domínios.

Finalmente, não podemos deixar de salientar que não é possível ignorar todo o percurso feito em Portugal, entre 1974, 25 de Abril, e 1990, a data da ratificação da convenção. Período de grandes transformações, que foi determinante para os números positivos que Portugal apresenta neste domínio. Pela redução da mortalidade materna e infantil por via do Serviço Nacional de Saúde, pela melhoria das condições gerais de vida designadamente, pela introdução de redes de saneamento básico e serviços de recolha de resíduos sólidos, recolha e tratamento de resíduos sólidos. Pela melhoria muito significativa e importante, das infraestruturas escolares e alargamento do acesso a escolaridade a toda a população portuguesa. Não obstante esta realidade, não impede que Portugal e outros países possuem ainda hoje, uma percentagem muitíssima elevada de crianças a viverem abaixo do limiar da pobreza, cujos dados oficiais divulgados mais recentemente, aponta no sentido de serem na ordem dos 20%.

Relativamente à saudação à manifestação e à jornada de reivindicação de direitos por parte dos agentes da PSP e guardas da GNR, apresentada pelo CDS-PP. Nós gostaríamos de propor ao CDS-PP, que incluía na parte dos



considerandos e no que respeita ao lema da manifestação, além da expressão que já aí está contida “tolerância zero”, a referência que constava do gigantesco pano que encimava a manifestação, que era “exigimos respeito”. O texto poderia ficar: “foi sob os lemas exigimos respeito e tolerância zero” e continuar a seguir. E propomos também ao CDS-PP que, nos considerandos, quando se fala da necessidade da força de intervenção rápida da GNR, que neste momento se encontra instalada no Castelo de Almada, abandonar aquelas instalações, se refira: “através da construção da extensão do quartel da GNR na Charneca de Caparica, em terreno cedido para o efeito pelo Município”, desligando esta questão da necessidade da instalação no Monte de Caparica mais concretamente no antigo Plano Integrado de Almada, de um posto da GNR, como o texto atual sugere. E, na parte deliberativa e em coerência com esta proposta, incluir a reivindicação ao Governo da construção da 2ª fase do Quartel da GNR na Charneca de Caparica, para além da construção do posto da mesma GNR na Charneca de Caparica.

Finalmente, iremos votar contra a proposta apresentada pelo PSD e CDS-PP, relativa à homenagem a Sá Carneiro e Amaro da Costa.”

6.4.6 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para apresentar o sentido de voto que o Partido Socialista irá ter em relação a cada um dos documentos, e vou fazê-lo um pouco por temas.

Em relação à moção do Bloco de Esquerda e da CDU, sobre os funcionários não docentes, nós vamos pedir a votação ponto por ponto, associamo-nos obviamente aquilo que são as necessidades e que têm sido as dificuldades na gestão do meio escolar, mas preferimos que a votação se faça ponto por ponto.

Relativamente às questões relacionadas com o Hospital Garcia de Orta, votaremos, obviamente, a favor destas moções, mas, que têm um tema e um foco, efetivamente, que têm a ver com o fecho das urgências pediátricas à noite no Hospital Garcia de Orta. A posição do Partido Socialista é conhecida e tem sido reiterada obviamente também pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, que já fez bastantes declarações sobre isso, e nós obviamente reiteramos essa mesma posição. Mas, queria chamar aqui atenção para a moção da CDU, que juntamente com isto inclui duas outras coisas como é seu apanágio, que é misturar aqui mais umas coisas no meio, num texto que só diz respeito a uma coisa. Mas já que estamos a falar de saúde, vamos lá falar de saúde e que tem a ver com o ponto 4 e o ponto 5. Efetivamente, que são reivindicações desde sempre, mas que na nossa opinião tem sido exclusivamente reivindicações que são feitas, que têm a ver com a reabertura do Centro de Saúde da Trafaria e com a construção do Centro de Saúde do Feijó. O Partido Socialista, desde o início e desde o fecho daquele Centro de Saúde da Trafaria, que sempre lutou e pugnou pela reabertura deste Centro de Saúde. E por isso obviamente, estamos totalmente de acordo com este ponto da deliberação.

Relativamente à construção do novo Centro de Saúde do Feijó, há uma coisa que acho que é importante esclarecer. O Feijó tem tido, de facto, um desenvolvimento em termos demográficos mais acentuado do que outras partes do Concelho. A construção do Centro de Saúde é uma reivindicação também já antiga e corroborada também pelo Partido Socialista. Mas, há aqui uma pequena diferença, é que o Ministério da Saúde, em momento algum, se vinculou com a construção deste Centro de Saúde. A Autarquia disponibilizou um terreno para o efeito, mas essa disponibilização não significa que o Ministério da Saúde em qualquer dos Governos desde então, tenha reiterado essa disponibilidade para a construção. Contudo, o Partido Socialista considera que é uma importante infraestrutura para aquela população e que é efetivamente necessária essa construção, mas, a história é ligeiramente diferente do que aquela da reabertura do Centro de Saúde da Trafaria, e do que aquela que muitos tentam passar. Em relação a estas moções, em suma, iremos votar a favor todas elas.

Também em relação à proposta do PAN, iremos pedir a votação ponto por ponto, temos, de facto, algumas preocupações e sabemos que poderá ser uma preocupação, quer para crianças, quer para pessoas com deficiência, quer para animais, mas achamos que a construção da moção, achamos que é importante e o PSD já fez esta proposta, perceber quais é que são os momentos em que efetivamente isso acontece no nosso Concelho. Porque pensando assim muito rapidamente, parece-nos que não são assim tantos os momentos.

11



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, achamos que Almada não tem assim esse problema de forma tão agravada, e terminar com uma celebração que é habitual seja no fim de ano, seja no 25 de Abril, de uma forma abrupta, poderá também não ser a melhor forma. E, portanto, pedimos obviamente a votação ponto por ponto, caso não seja aceite a descida da moção à Comissão correspondente, para podermos fazer essa análise.

Relativamente às outras moções iremos votar a favor, excetuando a moção do CDS-PP, relativamente à saudação e manifestação da jornada de reivindicação dos direitos por parte dos agentes da PSP e dos guardas da GNR, o Partido Socialista irá abster-se nesta votação, e no final apresentará uma declaração de voto para o efeito. Já agora Senhor Presidente da Mesa, aproveito para dizer também que irei pedir escusa de votação desta mesma moção. Portanto, peço que me dê uma tolerância para poder sair da sala quando a mesma for a votação.”

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para deixar nota da posição do PAN em relação às propostas que hoje são apresentadas. Votaremos favoravelmente todas elas.

Realço que a proposta do CDS-PP relativa ao Plano Municipal Rodoviário tem o nosso acordo. O PAN fez recentemente uma proposta semelhante, com termos semelhantes, portanto, logicamente aqui também estaremos de acordo.

Em relação aos comentários que foram feitos e que aceitamos da nossa proposta relativa aos fogos de artifício silenciosos. Esta é uma proposta muito vocacionada para recomendações de estudos, que se veja aquilo que se pode fazer, não é uma proposta que vem proibir nada, muito menos que vem acabar com o fogo de artifício em Almada, não é disso que se trata. Portanto, o PAN não quer proibir, o PAN quer que a Autarquia encontre soluções para um problema que a Organização Mundial de Saúde identifica como um problema de saúde pública nas próximas décadas, que é o ruído. Nem de propósito penso que muitos dos Deputados/as desta Assembleia Municipal terão hoje estado a receber emails de um cidadão do nosso Município, preocupado que não consegue ter sossego no local onde vive, porque está perto de uma autoestrada e é incomodado constantemente pelo ruído. O ruído é um problema sério da nossa sociedade, nós estamos expostos a níveis de ruído constantes durante todo o dia e eu penso que festividades ou qualquer tipo de ato supérfluo, que incrementa este problema, deve estudar-se urgentemente uma forma de o ultrapassar. Podemos sempre dizer que é a festa, que não incomoda. De facto, a mim não me incomoda muito, mas eu felizmente não tenho problemas de saúde, embora também não perceba que gozo é que pode dar o tipo de celebração com estrondos e com um tipo de manifestação que eu acho que não faz grande sentido, quando já existem alternativas e quando outros Municípios já adotam alternativas.

Neste sentido, e porque considero que a nossa proposta é perfeitamente razoável, nós não vamos aceitar a descida à Comissão, obviamente a votação ponto por ponto sim, sendo que obviamente cada partido assumirá o chumbo de cada ponto individualmente e se quiserem o chumbo de todos.

Celebremos sim, mas com respeito por todos, a começar por aqueles que são mais vulneráveis.”

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também para dar o sentido de voto do CDS-PP relativamente às moções apresentadas.

O CDS-PP irá votar favoravelmente todas as moções, à exceção e estaríamos também dispostos para debater mais aprofundadamente, a matéria apresentada pelo PAN numa Comissão, mas não sendo possível, não poderemos acompanhar esta mesma moção de forma positiva.

Vamos votar favoravelmente todas moções à exceção do PAN como já indiquei, com uma chamada de atenção para a moção da CDU, relativamente às questões do Hospital Garcia de Orta, vamos votar favoravelmente, mas apresentarei uma declaração de voto por escrito que farei chegar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, visto que tem aqui algumas situações que não será da nossa plena concordância.”



6.5 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.5.1 – A recomendação “balanço e contributo das políticas municipais para a promoção dos direitos das crianças” foi votada ponto por ponto, com os seguintes resultados:

6.5.1.1 – Os considerandos foram aprovados por maioria com 24 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, e 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa; e 14 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.5.1.2 – A parte resolutiva foi aprovada por unanimidade.

6.5.2 – A recomendação “contra o encerramento do serviço de urgência pediátrica do Hospital Garcia da Orta” foi aprovada por unanimidade.

6.5.3 – A recomendação “pela remoção total e definitiva do amianto das escolas de Almada” foi aprovada por unanimidade.

6.5.4 – A moção “pela contratação de mais funcionários não docentes” foi votada ponto por ponto, com os seguintes resultados:

6.5.4.1 – O ponto 1 foi aprovado por unanimidade;

6.5.4.2 – O ponto 2 foi aprovado por unanimidade;

6.5.4.3 – O ponto 3 foi aprovado por maioria com 20 votos a favor, 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes, 4 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 14 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa.

6.5.5 – A moção/deliberação “pela reabertura do serviço de urgência pediátrica do Hospital Garcia da Orta no período noturno – pelo direito à saúde” foi aprovada por unanimidade.

6.5.6 – A moção/deliberação “solidariedade com os trabalhadores auxiliares de ação educativa das escolas de Almada” foi votada ponto por ponto, com os seguintes resultados:

6.5.6.1 – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa e 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram;

6.5.6.2 – O ponto 2 foi aprovado por unanimidade;

6.5.6.3 – O ponto 3 foi aprovado por unanimidade;

6.5.6.4 – O ponto 4 foi aprovado por unanimidade.

6.5.7 – O “voto de saudação ao dia internacional das pessoas com deficiência” foi aprovado por unanimidade;

6.5.8 – A “homenagem a Sá Carneiro e a Adelino Amaro da Costa” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa e 18 votos contra, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes.

6.5.9 – A recomendação “fogos de artifício silenciosos” foi votada ponto por ponto, com os seguintes resultados:

6.5.9.1 – O ponto 1 foi aprovado por maioria com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 5 votos contra, sendo 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.9.2 – O ponto 2 foi aprovado por maioria com 37 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 1 voto contra do eleito do CDS-PP.

6.5.9.3 – O ponto 3 foi aprovado por maioria com 33 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 5 votos contra, sendo 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.9.4 – O ponto 4 foi aprovado por maioria com 20 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, e 5 votos contra, sendo 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.9.5 – O ponto 5 foi aprovado por maioria com 20 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, 13 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, e 5 votos contra, sendo 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 do eleito do CDS-PP.

6.5.10 – A recomendação “criação do plano municipal de segurança rodoviária” foi aprovada por unanimidade;

6.5.11 – A moção “pela resolução urgente do problema do encerramento da urgência pediátrica do Hospital Garcia da Orta durante o período noturno e aos fins de semana” foi aprovada por unanimidade;

6.5.12 – A “saudação à manifestação e à jornada de reivindicação de direitos por parte dos agentes da PSP e guardas da GNR” foi votada ponto por ponto, com os seguintes resultados:

6.5.12.1 – O ponto 1 foi aprovado por maioria, com 19 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 1 voto contra do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 17 abstenções, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa;

6.5.12.2 – O ponto 2 foi aprovado por maioria, com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do



Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 12 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram;

6.5.12.3 – O ponto 3 foi aprovado por maioria, com 25 votos a favor, sendo 14 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, 1 do Senhor Deputado Municipal independente Carlos Guedes e 1 da Senhora Deputada Municipal independente Sílvia Sousa, e 12 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram;

6.5.12.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Lourenço (PS) pediu escusa de votação deste documento.

6.5.13 – A moção “fazer do combate à violência doméstica e de género uma prioridade política nacional” foi aprovada por unanimidade.

6.6 – Foram feitas as seguintes declarações de voto:

6.6.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) referiu que iria apresentar uma declaração de voto por escrito relativamente ao documento referido no ponto 6.5.9;

O CDS-PP manifesta desde o surgimento do problema a total solidariedade para com os utentes do Hospital Garcia de Orta em Almada, mantendo-se preocupado e interessado em resolver o mesmo dentro das atribuições e competências.

O CDS-PP acredita no Serviço Nacional de Saúde e na necessidade de um maior investimento por parte do Estado, na procura da resolução dos problemas e das falhas existentes no mesmo serviço que há muito vem preocupando os profissionais de saúde, utentes e todo o pessoal que direta e indiretamente estão relacionados.

Apesar da necessidade do investimento no Serviço Nacional de Saúde por parte das entidades públicas competentes, nomeadamente o Ministério da Saúde, o CDS-PP, entende também que pode existir em complementaridade o regime de prestação de serviços de saúde privados e mesmo social, devendo trabalhar sempre que possível e necessário de uma forma colaborativa e complementar disponibilizando às populações uma maior diversidade de oferta.

Em conclusão, o CDS-PP, reconhece o problema no Hospital Garcia de Orta, em concreto o encerramento nos períodos publicamente conhecidos, pugnando pela sua resolução e estabelecimento da normalidade na urgência pediátrica, ao mesmo tempo que entende que há espaço para o serviço e cuidados de saúde privados e do sector social sem simultâneo com o Serviço Nacional de Saúde sem quaisquer reservas ideológicas.”

6.6.2 – O Senhor Deputado Municipal José Ricardo Martins usou da palavra para fazer uma declaração de voto;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a saudação à manifestação e à jornada de reivindicação de direitos por parte dos agentes da PSP e guardas da GNR, o Partido Socialista absteve-se pelo seguinte:

As forças de segurança no nosso país são o garante da segurança e ordem pública, essenciais num estado de direito, as justas reivindicações de qualquer trabalhador e devem ser respeitadas, salvaguardadas e alvo de negociação e resolução por parte da entidade empregadora, neste caso concreto é o Estado Português. Nesse sentido, como foi noticiado no âmbito da agenda de diálogo social e ação para a legislatura, o Ministério da Administração Interna, deu início a um processo negocial que o XXII Governo Constitucional pretende manter com este setor. Tendo já sido apresentado um calendário específico das matérias a negociar, sobre as quais foram pedidos contributos e propostas concretas para a negociação coletiva dos Sindicatos da PSD e às Associações Profissionais da GNR.

Entre as diversas matérias estão todas as reivindicações que estiveram na base da manifestação do passado dia 21 de novembro, nomeadamente, a revisão dos suplementos remuneratórios, o Plano Plurianual das Admissões

14



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

nas Forças de Segurança, a segurança e saúde no trabalho e o novo Plano Plurianual de Investimentos na Forças de Serviço de Segurança, denominado de Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança.

Sobre esta matéria, importa ainda referir, que na anterior legislatura, foi aprovada na Assembleia da República, a Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança, que prevê um investimento plurianual de 2017 a 2021, em veículos, em infraestruturas, armamento, equipamentos de proteção individual, equipamentos de apoio à atividade operacional, equipamentos em funções especializadas e sistemas de tecnologia de informação e comunicação, num montante de investimento global em cerca de 450.000.000.00€ (quatrocentos milhões de euros), representando um nível de investimento nas forças de segurança muito superior aquele que alguma vez foi feito desde que vivemos em segurança, desde o 25 de Abri.

Esta programação que mantém sua execução sem grande atraso no calendário previsto, tem permitido melhorar e modernizar os meios disponíveis essenciais, operacionalidade das nossas forças e serviços de segurança.

No que respeita às referências na moção aqui hoje apresentada, é importante verificar a veracidade das mesmas. Então vejamos, o dispositivo dos comandos territoriais da GNR, que está previsto na portaria nº 1450/2008, de 16 de dezembro, que estabelece a organização interna nas unidades territoriais, especializadas de representação e intervenção e reserva da Guarda Nacional Republicana. Nessa portaria não se encontra contemplado nenhum posto territorial no Monte de Caparica, pelo que não é correto dizer como é dito neste documento, que a GNR aguarda a construção deste novo espaço. E que este é há muito desejado pelas forças de segurança. Esta pode ser a vontade e a posição defendida por alguns e todos sabemos que é pelo CDS-PP, mas não é sério dizer, que é uma posição da Guarda Nacional Republicana.

Também no que respeita à transferência do Destacamento de Intervenção, que se encontra sedado no Castelo de Almada, importa dizer que tem existido articulação entre o Governo e a Câmara Municipal de Almada, para que o mesmo seja concretizado com a maior brevidade possível. Aliás, o Castelo de Almada é uma infraestrutura inscrita no Programa REVIVE, o que implica obviamente, a transferência para outro local deste Destacamento. Importa também dizer, que essa transferência será possível visto a Câmara Municipal já ter cedido há vários anos, um terreno para esse efeito. É uma reivindicação de muitos nos, de facto, mas que neste momento pelas mãos de um Governo Socialista com a cooperação da Câmara Municipal de Almada, mais depressa se concretiza. Não é, por isso, verdade que nada esteja a ser feito para melhorar as condições de trabalho das forças de segurança. Por esse motivo, o Partido Socialista absteve-se nesta deliberação.”

6.6.3 – O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) para fazer um protesto.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é evidente, eu não sei, mas parece que o Partido Socialista se calhar não reúne com as forças de segurança. Para já não é a primeira vez que o CDS-PP reúne com os militares no Quartel da GNR da Trafaria, que está em péssimas condições, e o desejo na prática não é esse que foi aqui explanado. Portanto, não sei de que GNR é que estamos a falar. Portanto, mais uma vez também acrescento, que relativamente a esta jornada de luta e às novas conversações que foram feitas na última semana, salvo erro, com o Ministério da Administração Interna, é ver-se, é público, quais foram as respostas dadas pelos militares da GNR, e pelos agentes da PSP.”

7 – Tendo sido atingido o limite do horário regimental, sendo próximo das 0h 20m, deu-se por concluída esta reunião, sendo os trabalhos retomados no dia 12/12/2019 às 21h15m.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Lina Gonzalez, Luís Salgueiro, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Catarina Pé Curto e Joana Mortágua.

9 - Foi verificada a presença na reunião dos técnicos da TV Almada e de cerca de 40 Senhores/as Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

O PRESIDENTE _____

[Handwritten signature]

O 1ª SECRETÁRIO _____

Paulo Viegas

A 2ª SECRETÁRIA _____

Ana Paula Silva

